

A. Soares Amora

O essencial sobre

FIDELINO
DE FIGUEIREDO

icm

A. Soares Amora

O essencial sobre

FIDELINO
DE FIGUEIREDO

JUVENÍLIA

Fidelino de Figueiredo começou sua carreira literária ainda estudante de liceu e pela ficção, gênero desde o século XIX com um grande público. *Maria*¹, breve idílio, a que o autor chamou «ensaio literário», foi publicado em Abril de 1905 e a ele se seguiram, até fins de 1906, mais quatro contos do mesmo gênero, *O órfão*², *Adélia*³, *O canário*⁴, *Marianita*⁵, e uma novelinha, *Os amores do Visconde*⁶. Durante o ano de 1907, já estudante do curso superior de Letras, em Lisboa, Fidelino de Figueiredo escreveu mais cinco narrativas, que publicou no começo do ano seguinte, sob o título *Sonatas*⁷: *O mal del-rei* (lenda), *Paganismo* (conto romano), *No harém* (conto árabe), *O faroleiro* (elegia sentimental dum misantropo) e *Traída* (episódio lisboeta). Finalmente em Março-Abril de 1908, no segundo ano de seus estudos de Ciências Histórico-geográficas, publicou um romance, *Os humildes*⁸, e, nessa altura, por motivos que mais adiante havemos de sugerir, abandonou definitivamente suas pretensões de ficcionista, o que não significa que ao longo de sua carreira de escritor não tenha recorrido a processos ficcionais, o que fez nas obras de caráter autobiográfico (ver *Sob as cinzas do tédio*⁹, *Revoada romântica*¹⁰, *Viagem à Fobolândia*¹¹ e *Um colecionador de angústias*¹²).

Estes contos e novelas, embora escritos numa fase de iniciação literária, começada em 1905 e já em 1908 encerrada, merecem consideração porque neles estão, em germe, algumas características do escritor que também veio a ser o crítico Fidelino de Figueiredo.

Maria e O órfão são dois contos muito semelhantes, publicados sob o pseudónimo anagramático Delfínio. Seus dramas desenvolvem-se numa pequena aldeia, Santo Estêvão, e se resumem na história de amores contraria dos de dois adolescentes. No primeiro conto a protagonista, Maria, com 15 anos, órfã e rejeitada em criança, triste e introvertida, apaixona-se por Francisco, jovem cidadão, em tratamento de uma fraqueza pulmonar em sua aldeia; o regresso de Francisco a Lisboa leva Maria a profunda e inconsolável tristeza e, por fim, à morte. No segundo conto, outro órfão, Francisco, também adolescente e também um melancólico, ama perdidamente uma alegre e leviana menina Maria, que acaba engravidada por um namorado, com quem, por isso, tem de se casar. Francisco, inconsolável, abandona a aldeia e, por vinte anos, sofre uma triste vida de embarcaçõ; de volta à aldeia natal, Maria já não vivia; Francisco curte sua saudade e, para se consolar, dedica-se ao culto da memória da amada.

Do mesmo género — histórias de almas hipersensíveis, castigadas por infortúnios — são os demais contos, publicados durante o ano de 1906 e ainda com o pseudónimo Delfínio: *Adélia*, *O canário*, *Marianita* e *O faroleiro*. Diferente neles, para quem os lê em ordem cronológica de produção, é, entretanto, o progressivo aperfeiçoamento da intriga, da análise dos caracteres, das descrições e da arte de escrever.

Os amores do Visconde, pequena novela, que já aparece com o nome do autor, Fidelino de Sousa Figueiredo, interrompe, e em dois sentidos, podemos dizer, a série de contos de vidas infelizes: em primeiro lugar

porque a intenção da novelinha não foi comover, mas satirizar caracteres e comportamentos sociais ou, mais especificamente, os ridículos amores de um visconde, solteirão sexagenário, por uma jovem de dezanove anos, amores ardentes mas que acabam arrefecidos, quando o visconde percebe as intenções interesseiras da moça e dos pais, ávidos e inábeis caça-dotes; em segundo lugar, a novela interrompe a série dos primeiros contos, porque o Autor, deixados seus temas aldeões, reminiscências de Júlio Dinis, escritor ainda então do gosto de um grande público português, volta-se para outros meios paisagísticos e sociais, no caso Lisboa, seus palácios e sua classe aristocrática.

Os contos seguintes, *No harém*, *Paganismo*, *Traída*, *O mal del-rei* e *Trogloditas* — cito-os em ordem cronológica — sobre documentarem, em relação aos anteriores, a mudança do interesse do Autor para assuntos que exigiam erudição histórica — caso da pré-história, da civilização romana, do exotismo árabe, da Idade Média cavalheiresca — ou mais aguda observação e análise — caso dos problemas sociais modernos — documentam ainda um mais acentuado gosto do vocabulário raro (decorrente, naturalmente, dos temas tratados) e a procura de temas existenciais que visavam a dar aos leitores uma visão mais profunda e complexa da natureza humana: *No harém*, o casamento como irônica e terrível pena para um eunuco infiel; em *Paganismo*, conflito entre liberdade moral pagã e contenção cristã; *O mal del-rei*, a angústia sem cura; em *Trogloditas*, o brotar do sentimento estético no homem das cavernas; em *Traída*, a incontível inclinação para a prostituição.

Com *Os humildes*, pequeno romance escrito e publicado no começo de 1908, Fidelino de Figueiredo encerrou — como disse — sua carreira de ficcionista, iniciada em 1905.

O romance passa-se na actualidade e em Lisboa. Em síntese é o desenrolar, durante alguns meses, da vida num cortiço, em que se transformara o palácio do conde de Redondo, ao pé da Igreja de Santa Marta. Habitam-no miseráveis inquilinos: entre outros, um sapateiro, que é também porteiro do prédio; um carpinteiro, Rato Cego, com mulher e filha; um pintor, Loureiro, e mulher; tia Glória e um filho tuberculoso; uma rapariga; uma viúva, amante do senhorio; um empregado funerário, Gato Pingado, e um serralheiro. Ao pé do casarão a taberna do Pau de Chocolate, com frequentadores habituais, e a Igreja de Santa Marta, com seu sacristão; na ronda da rua, um guarda noturno. Com o desenrolar da história o leitor vai conhecendo a vida desses humildes, tanto nas suas dificuldades de sobrevivência como de convivência, e vê surgir, pouco a pouco, dentre os mais esclarecidos, como é o caso do operário Rato Cego, o pintor Loureiro e o serralheiro Marques, a consciência de que uma reforma social, pregada pelos anarquistas, então em crescente atividade, estava próxima e a todos salvaria da miséria: na taberna, diariamente, Rato Cego pregava a revolução; Loureiro sonhava com ela e, resignadamente, conseguia suportar sua miséria.

Em 1 de Fevereiro de 1908, no Terreiro do Paço, por onde passava a família real, vinda de Vila Viçosa, um revolucionário, Buíça assassinou o Rei D. Carlos e o príncipe Luís Filipe. Saído em Abril e trazendo na boca de politizados operários, como Rato Cego, a aberta pregação de atentados à bomba e o assassinio dos poderosos, o romance não deixa dúvida de que o jovem autor procurava expressar as condições económicas, o estado de ânimo e as idéias políticas que caracterizavam a classe pobre portuguesa e sugeria que dela poderia ter saído, normalmente, o braço regicida.

Quem lê este romance em seguida às outras obras do estudante, não vê entre ela e as que a precederam nexos

de carácter evolutivo: nas suas primeiras obras Fidelino de Figueiredo nos deu historinhas com melancólicos dramas de amor; nas seguintes, contos de erudição, riqueza vocabular e dramas humanos profundos; neste romance de humildes e revolucionários, um como que neo-realismo ou, mais explicitamente, o romance não de sentimento e de arte, mas o romance de denúncia de grave situação política, económica e social, que envolvia todos os portugueses e, portanto, todos devia responsabilizar. Causas e idéias norteadoras desta terceira modificação que Fidelino de Figueiredo fez na sua orientação de ficcionista podem-se encontrar nas notas críticas que publicou em Março de 1908, pouco antes do citado romance, notas a que deu o título *Arte moderna*¹³ e o subtítulo «Miragem crítica».

Essas notas resumem-se na análise e na apreciação do que para o jovem crítico podia-se considerar arte moderna e na formulação do que para ele seria o ideal ou a miragem de modernidade nessa arte. Muito preocupado em justificar, em breve prefácio, suas opiniões, Fidelino de Figueiredo entendia como arte moderna toda a produção literária desde os meados do século XIX até sua época ou, por outras palavras, desde o Realismo até o Simbolismo; e no Realismo via a literatura activa, tipo Zola, empenhada em intervir na evolução da história, enquanto no Simbolismo via a literatura passiva, fruto de degenerescência do homem ocidental, denunciada por Max Nordau, e representada pelos escritores então denominados «malditos». A miragem crítica era esperar a superação da literatura passiva pela activa, de modo que a literatura servisse ao idealismo revolucionário e às esperanças de um futuro de justiça social, então crescentes em Portugal.

Escusa dizer, em conclusão, que o romance *Os humildes* procurava ser a concretização dessa miragem crítica. E, sendo assim, cabe perguntar por que Fidelino de

Figueiredo, exactamente nesse momento, interrompeu sua carreira de escritor de ficção. Como disse de início, vale a pena especular sobre esse comportamento do incipiente escritor e já também incipiente crítico. Nas considerações finais deste capítulo creio deixar claras as razões dessa mudança de atividade literária.

Com a reforma do ensino secundário em Portugal, no fim do século XIX, os dois últimos anos do liceu, o 6.º e o 7.º, foram transformados em dois cursos complementares, um de Letras e outro de Ciências. Com a reforma de 1905, última da Monarquia, o ensino da literatura portuguesa, no curso complementar de Letras, adquiriu ênfase e promoveu o aparecimento de livros didáticos dedicados à história literária e à análise e à crítica de suas principais obras. Fidelino de Figueiredo, aluno do 7.º ano do Liceu Central de Lisboa, já distinguido por uma crítica de Cândido de Figueiredo, como promissor ficcionista, foi convidado pela Sociedade Editora «Empresa da História de Portugal», para escrever um volume dedicado a Garrett, cujas obras completas a mesma editora estava publicando em edição revista, coordenada e dirigida por Teófilo Braga. E assim nasceu a primeira obra de Fidelino de Figueiredo no campo dos estudos literários: *Notas elucidativas aos poemas «Camões» e «Retrato de Vénus», de Almeida Garrett*¹⁴. Cândido de Figueiredo, mais uma vez, no *Diário de Notícias* (18 de Março 1906), distinguiu o autor com sua crítica, em que há reparos ortográficos (campanha em que estava empenhado) mas também consagrador elogio: «Representa este livro — escreve o Filólogo — um minucioso estudo de exegese literária, devido a um laborioso moço, tão novo, como revelador de aptidões e tendências, que são muito raras em gente da sua idade».

O êxito da iniciação do jovem escritor nos estudos literários, animaram-no à produção de mais duas obras destinadas ao ensino liceal da literatura portuguesa: *Os me-*

*lhores sonetos da língua portuguesa*¹⁵ (1907) e *História da literatura portuguesa. Acomodada ao programa dos liceus*¹⁶ (1909).

Garrett publicou seus poemas narrativos, *Retrato de Vénus* e *Camões*, com abundantes notas, de modo que a Fidelino de Figueiredo, para a elucidação dos dois textos, coube apenas acrescentar alguns poucos esclarecimentos: uma biografia do Poeta, breve apresentação crítica dos poemas, indicação resumida do assunto de cada canto e de cada estância e, por fim, um que outro complemento às notas elucidativas do autor, indispensáveis, segundo o jovem crítico, tendo em vista o público escolar a que a obra se destinava. Trabalho correcto probo e prático. Creio que mais não se poderia exigir.

Mais pessoal resultou em ser a antologia *Os melhores sonetos da língua portuguesa*. Começa por breve introdução sobre o soneto: sua origem, características e evolução; segue-se um estudo histórico e crítico de oito sonetistas portugueses (Sá de Miranda, Camões, Nicolau Tolentino, Bocage, Camilo, Antero, Gonçalves Crespo e João de Deus), com uma selecção de suas produções, colhida, como se indica no fim, nas mais autorizadas fontes editoriais. Cândido de Figueiredo, que prefacia a edição, ponderou que se podia discordar do organizador quanto a seus critérios de selecção, mas não se podia pôr em dúvida que ele organizara uma antologia crítica com inegável utilidade. Fidelino de Figueiredo começava a firmar-se como crítico e autor de obras destinadas ao ensino da literatura portuguesa, o que, dois anos depois, se evidenciou, com a publicação de seu manual *História da Literatura portuguesa*.

Desta fase são ainda duas conferências, *Antero de Quental*¹⁷ (1909) e *Herculano*¹⁸ (1910), em que o estudante do Curso Superior de Letras, de Lisboa, revelou qualidades de crítico; e creio que podemos supor que foram essas qualidades, reveladoras de um pendor de seu

espírito, que o impulsionaram para a intervenção na reforma da crítica, da historiografia e da teoria literária em Portugal, exercida a partir de 1910 e ao longo de quarenta anos.

Licenciado em meados de 1910, com a tese *A educação da abstracção*¹⁹, e logo admitido como professor de História e Filosofia do curso secundário (Liceu da Lapa), Fidelino de Figueiredo deixou de lado suas pretensões de escritor de ficção. Ao seu espírito teria ocorrido possivelmente a idéia de que não chegaria a alcançar, como escritor de ficção, os objectivos que preconizara para o género em seu ensaio *Arte moderna*.

2.

DEFESA DO «ESPÍRITO HISTÓRICO»

Se é verdade que já por volta de 1875 se definiu em Portugal o Partido Republicano, só a partir de 1890, quando o «Ultimatum» despertou no país a consciência da gravidade da crise política, moral e material em que se debatia a nação, a ideologia e a revolução republicanas encetaram uma marcha decisiva, avincando cada dia mais, no espírito de crescente número de portugueses, a convicção de que a salvação nacional só era possível pela implantação de uma república que transformasse profundamente o país, dando-lhe não só nova ordem política e social, mas também nova mentalidade. Em 1908 o Regicídio marcou o clímax dos ódios revolucionários; a proclamação da República, em 5 de Outubro de 1910, encerrou a primeira fase da revolução; e a segunda fase, que então se iniciou, foi das mais agitadas da vida portuguesa. De um lado, na orientação do republicanismo triunfante definiram-se, e em divergência cada dia mais acentuada, duas linhas de acção revolucionária: a radical, representada pelos democráticos, e a moderada, representada pelos evolucionistas e pelos unionistas. De outro lado definiram-se, inevitavelmente, a reacção monárquica e o espírito ditatorial.

Os democráticos foram fiéis à pregação ideológica dos republicanos positivistas e socialistas da Geração de 70

(Antero de Quental, Oliveira Martins, Teófilo Braga, Guerra Junqueiro); e porque principais autores do 5 de Outubro, impuseram-se no Governo Provisório e na Constituinte; e em seguida, sob a liderança de Afonso Costa, tomaram a defesa intransigente da ideologia da revolução e se empenharam na realização de seu programa de radicais reformas do país; mais tempo no governo que na oposição, dominaram durante os dezasseis anos da República e conquistaram larga e profunda influência, principalmente na massa popular. Os republicanos moderados empenharam-se, por outro lado, na pacificação política, na união dos portugueses e num programa de reformas que, respeitando caracteres e instituições tradicionais da pátria, realizassem uma necessária evolução da cultura nacional, e nunca uma revolução, radical e anti-histórica. Liderados por Brito Camacho e António José de Almeida, chefes respectivamente dos Partidos Unionista e Evolucionista, revezaram-se no poder com os democráticos; e porque os combateram intransigentemente, e lograram, em parte, enfraquecê-los, até certo ponto abriram oportunidades à reacção de alguns movimentos políticos e ideológicos, quer tendentes à implantação de um regime presidencialista e de força, quer mesmo tendentes à restauração da Monarquia. Deste modo, se a história política desta época foi, de um lado a história da propaganda, da implantação e da luta pela realização da República, de outro foi a reacção, a partir de 1911 cada dia mais franca, contra o republicanismo ou pelo menos contra suas reformas mais radicais. Essa reacção traduziu-se em movimentos revolucionários, como foram as várias tentativas de restauração monárquica (1911, 1912, 1913, 1915, 1919), as duas ditaduras militares (Pimenta de Castro, Janeiro-Maio de 1915; Sidónio Pais, Dezembro de 1917-Dezembro de 1918) e, por fim, a Revolução de 28 de Maio de 1926, que pôs fim à República e preparou o Estado Novo, instalado em 1928²⁰.

Formado em meados de 1910, autor como vimos, de uma novela, *Os humildes*, sobre as ideias anarquistas no meio operário de Lisboa, e de um manifesto, *Arte moderna*, de condenação da literatura alienada e consequentemente de defesa da literatura compromissada com a evolução da sociedade, Fidelino de Figueiredo, educado pelo pai, coronel do exército, no respeito à secular instituição monárquica — poucos dias depois de proclamada a república, em 5 de Outubro, sentindo, como risco para a identidade histórica de Portugal, a formação, em todos os meios, de um espírito antipassadista, não hesitou em agir ideologicamente no momento revolucionário e, nesse sentido, procurar uma linha de acção que contivesse as radicalizações da neofilia em moda. Essa definição e essa linha de acção formulou-as, claramente, num ensaio, *O espírito histórico*, que vale como seu segundo manifesto.

No primeiro capítulo do ensaio esclareceu o que entendia por «espírito histórico» e recomendou enfaticamente a formação desse espírito, em toda a sociedade portuguesa, como o único meio de conter os perigos da referida neofilia progressista dos republicanos. O «espírito histórico» — disse — devia ser entendido como «um pensador intelectual» caracterizado, em primeiro lugar, pelo «gosto dos estudos do passado e o respeito por tudo» que o evocasse; em segundo lugar, pela prática de um processo crítico que consistisse em «pôr todos os problemas sociais, na sua derivação temporal»; e, em terceiro lugar, pela «serenidade confiante perante as transformações sociais». Só este espírito — concluiu — conseguiria o necessário equilíbrio entre a preguiçosa rotina dos passadistas e a impetuosa neofilia dos republicanos.

No segundo capítulo definiu e caracterizou o que se devia entender por História. A História, disse, era a reconstituição do passado da sociedade humana, o que não significava que pudesse ser confundida com a Socio-

logia (cujo objecto de estudo também era a sociedade humana), porque a História reconstituía os factos singulares, ocorridos com o passar do tempo, ao passo que a Sociologia era intemporal e só se interessava pelos factos que se repetiam. Se a História não se confundia com a Sociologia, também não se confundia com as Ciências da Natureza, porque estas, sobre a fenomenalidade natural formulava leis, enquanto que a História, trabalhando com factos singulares, não podia formular leis. A História não era, assim, uma ciência, como as Ciências da Natureza; a rigor era apenas um conhecimento organizado que utilizava, para a reconstituição do passado, a interpretação de documentos e ainda duas operações psicológicas, a imaginação (necessária à completação do sentido dos documentos) e o juízo de valor (que definia a importância dos factos apurados). Caracterizada a História, Fidelino de Figueiredo concluiu que havia dois níveis de conhecimento histórico: o conhecimento de uma série ou inventário de efemérides e um outro nível de conhecimento, mais elaborado, que se traduzia numa síntese interpretativa desse inventário.

Se o primeiro capítulo tinha objectivo pragmático — recomendar a adopção do «espírito histórico», como remédio para os riscos da neofilia da República recém-implantada — objectivo pragmático tinha também este segundo capítulo. E, aqui, o que o jovem intelectual enfatizava, tendo em mente o que já ocorria na França (com o grupo da *Revue de Synthèse Historique*) e na Itália (com Benedetto Croce e colaboradores de sua revista *La Critica*) era a necessidade urgente da completação da História analítica, respeitável pelo culto do documento (sua pesquisa, sua análise, sua divulgação), pela História como síntese interpretativa dos factos, só ela capaz de contribuir para a formação de lúcida consciência nacional e, portanto, ter uma função política e social.

Concluindo o manifesto em favor do que definiu como o «espírito histórico», Fidelino de Figueiredo partiu, imediatamente, para a realização dos compromissos nele enfaticamente recomendados: com a edição, ainda em Outubro de 1910, do texto do manifesto, iniciou a colecção da Biblioteca de Estudos Históricos Nacionais e, poucos meses depois, em Maio de 1911, já divulgava o programa da Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos, instalada no começo do mês seguinte.

A carta-circular destinada a convocar os historiadores portugueses para essa sociedade, redigida por Fidelino de Figueiredo, com a colaboração de três prestigiados historiadores — Cristóvão Aires, David Lopes e José Leite de Vasconcelos — começa por evidenciar a necessidade, em Portugal, de uma associação destinada a dar aos historiadores um ambiente de estímulo e discussão e meios de divulgação de seus trabalhos; passa depois a demonstrar a importância social, política e educacional da História e termina por definir os fins e os meios da projectada instituição:

«Fins:

- a) Activar os estudos históricos, mormente os nacionais;
- b) Contribuir para que fosse melhorado o ensino educativo da história e o seu ensino superior;
- c) Promover a ampliação do ambiente científico português, trazendo à discussão os modernos problemas das ciências históricas;
- d) Concorrer para que se estreitassem as relações desse ambiente com as sociedades, academias e altas individualidades científicas estrangeiras.

Meios:

- a) As sessões periódicas;
- b) A publicação duma revista;

- c) A conferência e a leitura pública;
- d) A divulgação das fontes originais;
- e) A colaboração com as instituições congéneres ou afins e com as escolas que tivessem representação do ensino superior da história e ciências correlativas;
- f) Os congressos;
- g) As relações com o poder central.»²¹

Instalada em 2 de Junho de 1911, a Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos congregou grande número de sócios, dentre os quais vale destacar, além dos citados organizadores, José Maria Rodrigues, Edgar Prestage, Damião Peres, António Sérgio, Fortunato de Almeida, Lúcio de Azevedo, Braamcamp Freire, Henrique de Vilhena. Reuniram-se mensalmente, com relativa regularidade, até 1928²², quando a Sociedade foi extinta, por força do exílio político de Fidelino de Figueiredo, reconhecidamente seu principal animador. Se não chegou a alcançar todos os objectivos para que foi criada, nem por isso deixou de exercer relevante papel no desenvolvimento da moderna historiografia portuguesa, sobretudo por meio de sua erudita e prestigiosa publicação periódica, a *Revista de História*, que divulgou internacionalmente dezenas de qualificados trabalhos de investigação e crítica e, em contrapartida, pelo seu sistema de permutas, trouxe para Portugal a colaboração e a atenção de importantes historiadores e críticos estrangeiros.

Se bem tenha tido papel decisivo na idealização, na organização e nas actividades da Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos, sobretudo no que diz respeito à secretaria de suas sessões e de sua revista, e se tenha dedicado à reforma do ensino secundário de História em Portugal²³ e à realização, em seu país, do I Congresso Ibero-Americano de História e Ciências Auxiliares²⁴ — o mais

significativo da participação de Fidelino de Figueiredo, na renovação da historiografia portuguesa, está na sua produção no campo da história literária, o que não quer dizer que tão logo a ela se tenha dedicado, haja posto de lado outros aspectos da história, pois a eles, e sempre em termos de sínteses críticas, reiteradas vezes voltou, como são os casos de suas interpretações da história de Portugal ²⁵, da história da Espanha ²⁶ e da história contemporânea ²⁷.

RENOVAÇÃO DA TEORIA LITERÁRIA

Disse, no capítulo anterior, que Fidelino de Figueiredo, se bem tenha sido um dos principais idealizadores da reforma da historiografia portuguesa, levada a efeito nos decénios de 10 e 20, foi na historiografia literária (naturalmente com seu conteúdo de crítica) que se distinguiu internacionalmente. E concentrando-se na literatura, não se voltou apenas para seus aspectos históricos e seus valores; tão logo se decidiu por uma acção reformadora neste campo de trabalho, começou por estudar e sistematizar os problemas gerais da literatura ou, como hoje se diz, da teoria literária. E a evolução de seu pensamento, a respeito desses problemas, iniciado por vota de 1910, processou-se ao longo de cinquenta anos e ele mesmo, em poucas linhas, escritas em 1944, no epílogo de seu brilhante livro *A luta pela expressão*, resumiu essa evolução: «O presente ensaio põe termo a uma longa reflexão do autor sobre o fenómeno literário: natureza intrínseca da arte da palavra escrita, método e função da crítica. Foi talvez uma doença crónica, de que se defendeu aplicando, sem o saber, a terapêutica freudiana: trazer o inconsciente ao pleno relevo do consciente, para o dominar e dirigir. Ou foi só o egoísmo intelectual: dar importância a um rumo da actividade para que sentia certa propensão. Aquele egoísmo do especialista, que pro-

cura um lugar de honra para o seu pequeno sector, na classificação das ciências ou no inventário geral do saber.

Mas a moléstica — continua Fidelino de Figueiredo — ou o egoísmo intelectual teve alternativas na sua virulência e suscitou variações nos processos de reacção: em 1912, fé devotada no método científico para construir a história literária (*A crítica literária como ciência*); em 1918, dúvidas sobre a rigidez objectiva da crítica e anelos de uma valorização maior de trabalho crítico (*Criação e crítica literária*, in *Estudos de literatura*, 2.^a série); em 1939, cisão franca do trabalho crítico em ciência da literatura e direcção de espírito, tão livre e criadora como a inspiração poética (*Aristarchos*); em 1941, transformação completa do conceito de literatura e do conceito de crítica, para as ver de mais alto, como sublimações de traços elementares e constantes do espírito humano — o seu esforço de compreensão e a sua luta pela expressão (*Em defesa da literatura*, in *Últimas aventuras*); finalmente este breve lineamento — *A luta pela expressão* — de uns prolegômenos para alguma futura filosofia da literatura.»²⁸

Embora se possa dizer que nestas considerações, típicas do espírito de Fidelino de Figueiredo, sempre penso a recapitular ideias, para as reorganizar e completar, está o essencial da evolução do seu pensamento em torno dos problemas gerais da literatura, creio indispensável, para uma minudente compreensão dessa evolução, ter em conta todos os seus trabalhos neste sector e em cada um deter-nos um pouco.

Ainda na fase estudantil, quando hesitava em se dedicar à ficção ou à crítica, Fidelino de Figueiredo publicou: 1) três obras de crítica com carácter didático (*Notas elucidativas aos poemas «Camões» e «Retrato de Vénus», de Almeida Garrett*, 1906; *Os melhores sonetos da língua portuguesa*, 1907, e *História da literatura portuguesa*, 1909); 2) um ensaio crítico (*A arte moderna*, 1908) e 3)

dois estudos de personalidades literárias de sua particular admiração (*Antero de Quental*, 1909, e *Alexandre Herkulano*, 1910). Nesta incipiente produção apontam-se qualidades de espírito crítico (rigor na apuração dos factos, valorização do facto estético-literário, capacidade de abstracção e síntese), mas essas qualidades a rigor só começaram a se sistematizar e apurar, a partir do momento em que Fidelino de Figueiredo, publicado em Outubro de 1910 seu *Espírito histórico* e tomada a decisão de intervir na reforma da historiografia portuguesa, se voltou para uma acção profunda e ampla na revisão da história da literatura portuguesa, há meio século dominada pela concepção positivista e pelo intransigente autoritarismo de Teófilo Braga.

Para essa revisão, Fidelino de Figueiredo começou por procurar uma posição crítica de vanguarda, para o que lhe foi indispensável realizar três trabalhos básicos que foram pioneiros em Portugal; 1) recompôs toda a história da crítica literária portuguesa, desde o século XVI até seu tempo (*A crítica literária em Portugal*, 1910); 2) analisou os métodos críticos dominantes na Europa, apontando o que lhe via de defeitos e, naturalmente, também de qualidades, e em seguida definiu o método que adoptaria na revisão da história da literatura portuguesa (*A crítica literária como ciência*, 1912) e 3) organizou a primeira bibliografia portuguesa de crítica literária (*Bibliografia portuguesa de crítica literária*, apêndice da 2.^a edição da obra anterior, 1913).

Três razões levaram Fidelino de Figueiredo a iniciar sua acção, na reforma da historiografia e da crítica literárias portuguesas, pela história dessas actividades em Portugal: a primeira foi o facto de a história da crítica ser, na sua opinião, uma «luz que se projecta sobre a história das literaturas»²⁹; a segunda, o facto de não haver em Portugal qualquer trabalho no género, enquanto que eram encontráveis em prestigiadas litera-

turas, como a francesa, a inglesa, a alemã, a italiana e a espanhola; a terceira razão era o facto de estar convencido de que só uma história da crítica portuguesa lhe permitia saber, de pronto, em que sentido teria de modificar interpretações históricas e críticas não condizentes com as ideias mais modernas a respeito de literatura, como era o caso, particularmente, da obra de Teófilo Braga, intelectual que há meio século — repito — dominava o meio literário português e o ensino no Curso Superior de Letras, em Lisboa.

Para a elaboração de sua *História da crítica literária em Portugal* (título a partir da 2.^a ed.), Fidelino de Figueiredo começou por definir claramente três factos: 1) o início da actividade crítica em Portugal; 2) o que se devia entender como objecto específico dessa actividade e 3) as fases da evolução dessa actividade ao longo dos séculos. A crítica literária — assim entendeu Fidelino de Figueiredo — só surgiu em Portugal no século XVI, quando os divulgadores e defensores do Classicismo, casos de Sá de Miranda e António Ferreira, definiram o que os teóricos gregos e latinos tinham entendido como qualidades literárias e, ao mesmo tempo, opuseram essas qualidades à literatura tradicional, vinda da Idade Média. Objectos da actividade crítica entendeu Fidelino de Figueiredo que seriam o conceito de arte literária, com seus critérios de valor, e o processo de análise dessa arte. Uma história da crítica literária devia, portanto, evidenciar a variação, ao longo dos séculos, desse conceito e desse processo. Finalmente, estabeleceu que, tendo em conta estes dois primeiros princípios, podia dizer que a crítica literária portuguesa, do século XVI a 1910, evoluiu através de cinco épocas, três clássicas (1526-1613; 1613-1756 e 1756-1826), uma romântica (1826-1870) e uma realista (1870-1910).

Podemos hoje discordar de algumas ideias guadoras desta obra e de procedimentos adoptados na sua elabo-

ração. O próprio Autor veio, com o tempo, a mudar seu conceito de crítica e a interpretação das épocas que inicialmente viu na sua evolução. Mas restrições que normalmente se podem fazer, não invalidam a importância desta obra, ainda hoje única do género em Portugal. Foi ela que permitiu a Fidelino de Figueiredo ver e fazer ver aos contemporâneos, com objectividade e clareza, o que se estava a dever à crítica portuguesa, desde o século XVI, em matéria de apreciação dos valores da literatura nacional, e o que era necessário modificar nessa crítica, tendo em conta as modernas ideias sobre literatura e história literária; e mais, foi essa obra, pioneira e ainda hoje única, que evidenciou a necessidade de uma concepção da literatura portuguesa mais crítica que sociológica, isto é, uma concepção interessada, não em explicar os factos da literatura portuguesa (épocas, autores, obras) como consequência dos factores estáticos e dinâmicos da teoria de Taine (meio, raça, momento), mas interessada, exclusivamente, em caracterizar, na evolução da literatura portuguesa, as mudanças do gosto e definir seus indiscutíveis valores em termos de obras e de personalidades literárias.

Na obra seguinte, *A crítica literária como ciência* (1912), Fidelino de Figueiredo completou sua análise e seu julgamento das concepções críticas vigentes, não tanto em Portugal, como noutros países da Europa (Hennequin, Brunetière, Ricardou, Lacombe, Renard, Lichtenberger, os impressionistas) e, em seguida, se deteve na definição de conceitos básicos e na descrição de métodos de trabalho que se permitia preconizar para que a crítica e a historiografia literárias adquirissem, como em sua época ainda era desejo geral, um carácter mais científico e mais moderno. Em quatro tópicos pode-se resumir seu pensamento:

- 1) Os objectos da crítica e da historiografia literárias são a obra e todos os factos que com ela se relacionam

enquanto causas (autor, época, fontes, influências de outras literaturas) e enquanto efeitos (reacções do público e da crítica).

2) O papel da crítica é explicar a obra literária e definir seu valor. A explicação deve caracterizar a obra e dar-lhe as causas, as quais se podem encontrar na biografia do autor, na sua psicologia e nas influências por ele recebidas, de outras obras ou de outras literaturas (donde a importância do estudo psicológico dos autores, da crítica de fontes e da crítica comparativa). A avaliação deve ter em conta o papel da obra e do autor no progresso da literatura.

3) Cumpre também à crítica reconstruir a história literária e, neste sentido, *a)* deve evidenciar a sucessão de seus momentos (eras, épocas, períodos e ciclos); *b)* deve definir os limites, as características e o conteúdo desses momentos; *c)* deve, em cada momento, explicar e avaliar as personalidades literárias e as obras que se tenham distinguido pelas qualidades artísticas; *d)* partindo do princípio que cada literatura tem suas peculiaridades, o historiador deve definir essas peculiaridades e com elas construir um quadro geral de características; *e)* por fim, apoiado em correcta concepção de género literário e na sua perfeita classificação, bem como em quadros cronológicos suficientemente informativos, o historiador deve reduzir a complexidade da história a síntese de fácil compreensão.

4) Actividades auxiliares, importantes para o crítico e para o historiador da literatura, são a crítica textual, que apura os textos e os publica em edições fidedignas, e a bibliografia, que levanta, inventaria e classifica todos os materiais indispensáveis ao estudo de uma literatura.

Nesta ordem de elaboração de trabalhos básicos, indispensáveis à revisão e à actualização da historiografia e das críticas literárias em Portugal, Fidelino de Figueiredo inventariou centenas de obras e, sob o título *Bibliogra-*

fia portuguesa de crítica literária, publicou seu trabalho como apêndice de duas sucessivas edições da *Crítica literária como ciência*, a 2.^a, de 1914, com perto de mil verbetes, e a 3.^a, de 1920, com mais de três mil e quinhentos. Para facilitar a utilização do inventário, classificou suas espécies, suficientemente descritas, em obras de consulta, estudos teóricos, literaturas estrangeiras e literatura portuguesa (estudos gerais, de épocas e de géneros). A utilidade desta bibliografia, para seu organizador, se evidenciou nas suas obras de história e crítica literária, todas com abundante e esclarecedora informação bibliográfica; e não menos útil tem sido e ainda é para os que se dedicam aos mesmos campos de trabalho ³⁰.

As ideias e as obras acabadas de referir, se bem tenham sido suficientes para a orientação de Fidelino de Figueiredo, já então decisivamente voltado para uma nova interpretação da história da literatura portuguesa (v. sua *História da literatura romântica*, iniciada em 1911 e publicada em 1913), não ficaram na primeira formulação. As normas para a historiografia literária foram ampliadas e actualizadas ao longo da elaboração de seus trabalhos na especialidade e, por fim, em *Aristarchos* (1939); o conceito de crítica literária, que logo evoluiu da ideia de conhecimento e avaliação, com objectividade científica, das obras e dos autores, para a ideia de actividade intelectual criativa (*Criação e crítica literária*, 1918), acabou formulado como um empenho de compreensão de uma obra e de seu autor e como uma superior direcção de espírito (*Aristarchos*, 1939, *A luta pela expressão*, 1944, e *Uma carta sobre criteriologia literária*, 1957); e a obra literária, entendida inicialmente como a expressão de um conteúdo de vida e produto de causas explicáveis (psicologia do autor, sua época, influências literárias), acabou entendida como «luta pela expressão» de uma maneira de compreender a realidade (*Em defesa da literatura*, 1941, e *A luta pela expressão*, 1944).

Desta evolução do pensamento crítico de Fidelino de Figueiredo, ao longo de meio século, resultou em seu espírito a seguinte doutrina, que podemos considerar como seu legado no campo da crítica e da teoria literária.

1) A crítica é reacção natural do espírito humano diante de uma obra literária. Essa reacção consiste em procurar compreendê-la e apreciá-la. É, portanto, inerente à crítica o entendimento do conteúdo das obras e julgamento de seus valores (estéticos, éticos e intelectuais); esses valores determinam a reacção de gostar ou não gostar, dos leitores, ou auditores, ou espectadores.

2) Tendo como objecto de seu interesse a obra literária, a crítica acabou por incluir no mesmo campo de interesse todos os factos com ela relacionados: seu autor (com uma biografia e um espírito), o público (com seu papel na evolução do gosto literário) e a história literária (com uma evolução, com períodos e características particulares).

3) Voltada para a compreensão e a apreciação dos factos literários a crítica tem, ao longo da sua história, variado de procedimentos e, assim, temos diferentes tipos de crítica: a dogmática, a impressionista, a científica, a universitária, a jornalística, a crítica que é praticada como superior direcção de espírito e a crítica estilística.

A *crítica dogmática* é a formuladora, divulgadora e defensora dos fundamentos de uma estética literária. Com base nos seus cânones julga o valor das obras literárias, elogiando o «certo» e censurando o «errado». Dominante no Classicismo, teve em Boileau seu modelo. A *crítica impressionista* nasce da impressão pessoal diante da obra. Não tem método, é subjectiva e é considerada um género literário. Lemaître foi um dos seus principais cultores. Se praticada por espíritos dotados de gosto e cultura, pode atingir elevado nível de qualidade. A *crítica científica* volta-se para a história literária e pelo espírito e pelos métodos identifica-se com a ciência histórica. Seu objecto

é a evolução da literatura (períodos, progresso, relações com outras literaturas, características); seu método é uma lógica indutiva própria; seus passos de trabalho: bibliografia, apuração dos textos, definição dos quadros cronológicos ou dos períodos, análise e explicação causal das obras (o autor, sua biografia e seu carácter) e por fim sua avaliação. A *crítica universitária* está voltada para a pesquisa e o ensino da literatura, identifica-se com a crítica científica e visa ao total conhecimento dos factos literários. A *crítica jornalística*, por seu lado, identifica-se com a crítica impressionista; é subjectiva, é imediata e procura influir no gosto literário; tem sido — concluiu Fidelino de Figueiredo nos anos 40 — largamente cultivada. A *crítica como superior direcção de espírito* presuppõe, no crítico, a par de qualidades inatas (sensibilidade, intuição, capacidade de reflexão), educação literária e intelectual; entende a obra como o produto da luta do espírito artístico pela expressão de sua intuição da realidade e a si se compreende como a luta do espírito pela compreensão dessa intuição, nas suas verdades humanas e nos seus valores. Finalmente, nesta enumeração em ordem histórica, temos a *crítica estilística*, que se aplica à rigorosa análise de todos os recursos expressivos do escritor, com vistas à compreensão de sua obra.

Feita a história da crítica em Portugal, analisadas as concepções críticas europeias, caracterizados os diferentes tipos de crítica, Fidelino de Figueiredo chegou, em 1957, à discussão do problema crucial da crítica, que é o de seus critérios de julgamento da obra literária³¹. Na *crítica dogmática* o critério se funda no respeito dos dogmas literários clássicos: culto da razão, da beleza formal e imitação dos modelos antigos. Na *crítica impressionista* e na *jornalística* o critério de valor é subjectivo e, portanto, pessoal. Na *crítica científica* e na *universitária* o critério é o da significação da obra e dos factos relativos a ela, na evolução da respectiva literatura. Na

crítica praticada como superior direcção de espírito o critério se baseia no fundo de verdade humana da obra e no poder de sua expressão no sentido de transmitir essa verdade e, conseqüentemente, despertar a emoção estética. A *crítica estilística* não visa a julgar valores e, portanto, não trabalha com critérios de apreciação literária.

Escrevendo estas palavras sobre a evolução da crítica, em 1957, em face de seu problema crucial que é o do critério de valor, Fidelino de Figueiredo estava finalmente assistindo à realização, em Portugal e no Brasil, de uma velha aspiração: a criação, nos cursos superiores, do ensino da Teoria Literária; ensino hoje, nestes países, ainda incipiente, mas já com fecundos resultados na formação dos profissionais de Letras e principalmente em matéria de produção intelectual.

RENOVAÇÃO DA CRÍTICA E DA HISTÓRIA LITERÁRIA

Deixados de parte os trabalhos de iniciação crítica, publicados ainda no tempo de estudante, pode-se dizer que a actividade de Fidelino de Figueiredo, animada pela intenção de intervir na renovação da crítica portuguesa (então denominada pelo Positivismo de Teófilo Braga e pela filologia germânica, representada sobretudo por uma Carolina Michaëlis de Vasconcelos) começou na altura de 1910, com três trabalhos de carácter propedêutico: *A crítica literária em Portugal — Da Renascença à Actualidade* ³² (1910), *A crítica literária como ciência* ³³ (1912) e *Bibliografia portuguesa de crítica literária* ³⁴ (1913).

Interpretada a evolução da crítica literária em Portugal, discutidos os métodos críticos então vigentes, definido o método com que trabalharia e, por fim, inventariada a bibliografia crítica indispensável ao estudo da literatura portuguesa, Fidelino de Figueiredo voltou-se — e com afã — para a elaboração de sua obra de crítico e historiador da literatura portuguesa e, aqui, sua produção, ao longo de quarenta anos, conduziu-se em dois sentidos. O primeiro, na área da historiografia e da crítica literária, onde veio a publicar, penetrante análise histórica e nova interpretação dos valores da literatura portuguesa, nas suas diferentes épocas, as clássicas, a

romântica, a realista e a pós-realista ³⁵. Relacionadas com estas obras publicou, na mesma altura: sua síntese com carácter de manual escolar, que teve várias edições, de 1909 a 1944, publicadas em Portugal e no estrangeiro ³⁶; um ensaio de interpretação das características gerais da literatura portuguesa ³⁷; uma antologia das melhores páginas escritas em Portugal, do século XII ao século XIX ³⁸ e, por fim, uma série de estudos críticos sobre autores contemporâneos, Silva Gaio, Júlio Dantas e outros ³⁹, e autores que tiveram significativo papel na evolução da literatura portuguesa: Camões ⁴⁰, Garrett ⁴¹, Herculano ⁴², Antero de Quental ⁴³, Oliveira Martins ⁴⁴ e Eça de Queirós ⁴⁵. A segunda direcção de trabalho, dentro da produção de Fidelino de Figueiredo, foi no sentido da teoria literária e, aqui, depois das referidas obras de carácter propedêutico, sobre as correntes críticas de seu tempo e particularmente a crítica em Portugal (história e bibliografia) — seu espírito, em constante evolução, por força do enriquecimento de sua cultura literária, aproximou-se cada vez mais do que nos parece ser a essência da crítica e da obra literária, o que expressou sobretudo em quatro trabalhos: *Criação e crítica literária*, 1918 ⁴⁶, *Aristarchos*, 1939 ⁴⁷, *A luta pela expressão*, 1944 ⁴⁸, e *Sobre a criteriologia literária*, 1957 ⁴⁹.

Para a boa compreensão de sua conhecida história da literatura portuguesa, *História da literatura clássica*, *História da literatura romântica* e *História da literatura realista*, obra publicada ao longo do primeiro decénio de sua carreira profissional (1913-1922), creio indispensável ter em conta alguns factos e algumas idéias.

Formado em História, decidido a actuar no campo de sua especialidade, voltou-se para a historiografia literária com o mesmo espírito com que se dedicava ao movimento de renovação da historiografia geral, levado a efeito pela Sociedade de Estudos Históricos, de que foi um dos idealizadores e dos principais integrantes. Neste

sentido viu na historiografia literária, não apenas um objectivo científico e crítico (apurar factos e valores), mas também um objectivo político e moral ou, mais explicitamente, viu na interpretação da história literária, como via em todos os trabalhos de história da Sociedade, a possibilidade de levar às novas gerações uma orientação de «pensamento e acção» absolutamente necessária — pensava o jovem intelectual e crítico — quando se tinha em conta que a revolução republicana, de 1910, instalara — como vimos — um processo de reformulação, não apenas da estrutura política de Portugal, mas também da sua cultura e, conseqüentemente, da sua literatura. Foi por força dessa orientação — creio não ser precipitado referir — que não perdeu de vista, ao longo de todo seu estudo da evolução da literatura portuguesa, que era necessário, em nome de novas idéias críticas e de sua ideologia, rever as concepções e opiniões de Teófilo Braga, inspiradas pelo seu Positivismo, típico da segunda metade do século XIX.

Fidelino de Figueiredo começou sua obra de historiador literário pelo século XIX, ou mais precisamente, pelo Romantismo, passando em seguida para o Realismo. As razões deste procedimento creio estarem no facto de ele já ter estudado (o que fizera ainda em anos escolares) a personalidade e a obra dos iniciadores das duas correntes de gosto do oitocentismo, Garrett e Herculano, no caso do Romantismo, e Antero de Quental, no caso do Realismo, e também no facto de, politicamente, sentir que era urgente corrigir a parcialidade com que Teófilo Braga condenara o Romantismo e se atribuíra uma liderança no movimento realista, papel que na sua opinião coubera a Antero de Quental. Publicadas estas obras, a *História da literatura romântica*, em 1913, e a *História da literatura realista*, em 1914, Fidelino de Figueiredo voltou-se para o Classicismo, cuja história, em três volumes (1.^a, 2.^a e 3.^a Épocas), publicou de 1917 a 1922.

Na elaboração destas obras seguiu, como era natural, os procedimentos que preconizara em *A crítica literária em Portugal* (1910) e *A crítica literária como ciência* (1912). E, assim, começou por fazer completo inventário das obras e dos documentos a estudar; em seguida elaborou um quadro cronológico de cada uma das épocas e definiu os factos literários que as limitavam; realizados estes trabalhos, considerados preliminares, passou à reconstituição histórica e à crítica de cada época.

Publicada em 1914 a *História da literatura realista*, Fidelino de Figueiredo sentiu que era necessário começar a trabalhar na interpretação histórica da literatura que se lhe seguiu e que era, em relação a ele, a literatura contemporânea, uma literatura já com cinco lustros de evolução (suas primeiras manifestações, com Eugénio de Castro e António Nobre, tinham sido em 1890), uma literatura que se definia como uma época anti-realista, o que impunha sua caracterização e avaliação, e uma literatura cujos autores, a conquistar público, tinham de ser discutidos nos seus valores.

Para iniciar o estudo dessa contemporaneidade publicou, na *Revista de História*, de 1914 a 1917, sete artigos intitulados *Estudos de literatura contemporânea*⁵⁰: «o Sr. Silva Gaio», «o Sr. Vieira da Costa», «Sobre a composição do romance», «Sobre a decadência do romance realista», «O Sr. Antero de Figueiredo», «O Sr. M. Teixeira Gomes» e «O Sr. Júlio Dantas». Se se considerar que há nestes artigos importantes qualidades, como objectividade e profundidade na análise das obras, bem como acertada interpretação da evolução da literatura, e mais, que na altura de sua elaboração Fidelino de Figueiredo já havia dado provas de conhecimento da literatura portuguesa, de capacidade crítica e de intensa participação na vida intelectual do tempo — é realmente de lamentar que já em 1917, por motivos de vária natureza, entre os quais uma agitada vida política

então em início, tenha interrompido seu estudo da literatura contemporânea, a que só voltaria, bem mais tarde, com um ensaio, *Depois de Eça de Queirós* . . . (1933), e uma conferência, *Historiografia portuguesa no século XX* (1941).

Se na história do Classicismo, do Romantismo e do Realismo em Portugal, Fidelino de Figueiredo evidenciou brilhante capacidade de análise de séculos de produção literária e, em seguida, capacidade não menos brilhante de síntese interpretativa da evolução estética e ideológica dessa produção, nas duas citadas obras (que foram das últimas que produziu no campo da historiografia literária) demonstrou que essas duas qualidades — a de análise crítica e a de síntese interpretativa — com o passar dos anos só requintaram. E assim estes dois estudos, um sobre a história da literatura portuguesa de 1890 a 1940 e outro sobre a historiografia portuguesa no século XX, são obras ainda hoje, em todo sentido, ponto de partida para qualquer estudo que se queira fazer da evolução da literatura portuguesa nos primeiros decênios do século actual.

Na altura em que Fidelino de Figueiredo publicou estes trabalhos, entre 1930 e 1945, (e ele lucidamente o percebeu) toda uma época literária, que sucedera ao Realismo, chegava ao seu fim. Nela ocorreram, como movimentos literários mais importantes, o Simbolismo, o Nacionalismo, o Futurismo e o Presencismo; nela houve, a par de sucessivas renovações poéticas, uma renovação no romance, o renascimento do chamado «teatro nacional» e nova orientação na historiografia e na crítica literária. O após-guerra traria à literatura portuguesa, preconizava acertadamente Fidelino de Figueiredo, outras tendências do gosto literário e outras ideias.

Da mesma época dos dois trabalhos de interpretação da literatura portuguesa do século XX são suas obras de carácter conclusivo no campo de uma longa reflexão (iniciara-a em 1910) sobre problemas da teoria literária: natureza da

obra literária, objectivos e métodos da história literária, axiologia e criteriologia na crítica, ensino da literatura, a leitura, etc.; e são também dessa época as obras mais qualificadas de seu excepcional talento crítico, voltado para quatro das maiores personalidades literárias portuguesas: Camões, Oliveira Martins, Antero de Quental e Eça de Queirós. Os estudos referentes aos dois primeiros autores tiveram importantes desdobramentos: o respeitante a Camões, iniciado em 1930 e durante uns vinte anos em constante ampliação, veio a dar uma das mais significativas obras da moderna camonologia (*A éptica portuguesa no século XVI*)⁵¹, e o relativo a Oliveira Martins, voltado sobretudo para a interpretação de sua concepção da civilização ibérica (*História dum «Vencido da vida»*, 1930)⁵², foi o início de dois consagrados estudos do Crítico sobre a cultura espanhola, particularmente sobre sua história e sua literatura (*As duas Espanhas*, 1932, e *Pyrene*, 1935)⁵³. Os estudos sobre Antero de Quental (*Antero*, 1942)⁵⁴ e Eça de Queirós («... um pobre homem da Póvoa de Varzim ...», 1945)⁵⁵ são obras fundamentais na bibliografia crítica destes autores. Quanto às obras de teoria literária, inevitavelmente diferentes das de 1910, pois reflectiram a evolução geral das idéias nesse campo de especulação, é importante saber que traduzem a sistematização a que chegou Fidelino de Figueiredo de suas idéias sobre a natureza e os objectivos da crítica e da história literária (*Aristarchos*, 1939)⁵⁶ e sobre a natureza da literatura (*A luta pela expressão*, 1944)⁵⁷.

Terminada a leitura de toda a produção de Fidelino de Figueiredo, começada em 1910 e terminada nos anos de 1950, no campo da teoria da literatura, da crítica e da história da literatura portuguesa, cabe perguntar qual foi, em relação aos que o precederam, particularmente Teófilo Braga, mestre incontestado de sua geração, sua contribuição de renovador.

Recordando, em meados de 1940, professores a que deveu sua formação, Fidelino de Figueiredo, a propósito de Teófilo Braga, escreveu estas palavras, que importa ter em mente: «Teófilo é hoje um autor sem leitores, muito citado para ser impugnado e muito encontrado na influência que em seu tempo exerceu, com seu Positivismo, seu popularismo etnográfico, seu prodigioso labor, sua austeridade monacal e também suas competições de conventículo. Sílvio Romero seria incompreensível sem Teófilo. Um idólatra do mestre, o jornalista Francisco Pacheco, reuniu muitos dados sobre a influência dele no Brasil, mesmo sobre esse rebelde Sílvio. *Também eu, que frequentemente sou apontado como opositor do seu espírito, muito e muito lhe devi, antes e depois do meu grito do Ipiranga . . .* ⁵⁸.

Se quisermos chegar a uma avaliação justa da posição de Fidelino de Figueiredo na evolução da teoria da literatura, da crítica e da historiografia literária portuguesa, temos de começar por ter em conta o que ele reconhecia ter devido a Teófilo Braga. Quando em 1910 o então jovem crítico iniciou sua actividade no sentido de uma renovação do estudo o do ensino da literatura portuguesa, Teófilo Braga, que começara seu labor nesses campos, na altura de 1870, já havia revelado todo um imenso volume de factos da história da literatura portuguesa, havia proposto em extensas monografias a interpretação histórica desses factos e caminhava para publicar, em poucos anos (entre 1910-1920), sob o título *Recapitulação da história da literatura portuguesa*, as sínteses, com actualização informativa, dessas monografias. Os estudos teóricos de Fidelino de Figueiredo no campo da crítica (metodologia; história e bibliografia referentes a Portugal) e suas obras com nova maneira de compreender a história da literatura portuguesa publicaram-se na mesma altura da edição dessas recapitulações de Teófilo. E se assim foi, mesmo que Fidelino de Figuei-

redo não viesse a estabelecer, nos termos em que estabeleceu, as relações de sua obra com a de Teófilo Braga, bastaria essa coincidência no tempo para nos obrigar a indagar do seu relacionamento.

Fidelino de Figueiredo, na longa análise crítica que dedicou, em 1910, à obra de Teófilo Braga ⁵⁹, pôs em evidência o que reputava seus defeitos:

1) Teófilo Braga interpretou a história da literatura portuguesa de um ponto de vista positivista e, por isso, se voltou tão obsessivamente para a explicação do que o comtismo considerava factores da génese, da evolução e do carácter das literaturas, factores classificados como estáticos ou básicos (raça, tradição, língua e nacionalidade) e dinâmicos, determinantes do desenvolvimento literário (épocas sociais e acção hegemónica das literaturas). Esta concepção, já superada no começo do século XX, levou Teófilo Braga — observa Fidelino de Figueiredo — a prolixas incursões em ciências que não eram de seu completo domínio e a desviar a crítica literária para factos (políticos, sociais, etc.) estranhos ao que devia ser seu campo específico de interesse, que era a literatura.

2) Teófilo Braga, intransigentemente oposto à crítica baseada no gosto estético, onde o Positivismo via o grave defeito do subjectivismo, bem como à crítica da expressão ou forma, onde via a sobrevivência da velha retórica clássica, procurou estudar a obra com rigorosa objectividade, a objectividade tão decantada nas ciências da natureza, e, neste sentido, procurou explicá-la pelos referidos factores estáticos e dinâmicos e depois descrever e inventariar suas espécies bibliográficas. Daí — para Fidelino de Figueiredo — um segundo defeito das obras de Teófilo Braga: obras congestionadas de informações biográficas e bibliográficas e quase que destituídas de apreciações críticas.

3) Na concepção das épocas literárias Teófilo Braga não chegou a perceber como esses factos históricos ocor-

riam, como se caracterizavam e limitavam, donde sua divisão da história da literatura portuguesa ter resultado arbitrariamente esquemática: a Primeira época, dos Trovadores e Cancioneiros, está cronologicamente definida como «Séculos XII a XIV»; a Segunda época, Escola espanhola, é o «Século XV»; o Quinhentismo, o «Século XVI», e assim por diante.

4) Na apreciação da significação histórica das épocas literárias, Teófilo Braga não teve em conta os valores estéticos das obras; teve em conta critérios políticos e, como republicano e democrata, enfatizou a importância das épocas em que teve relevo a literatura de fundo popular (casos da Idade Média e do Romantismo) e, conseqüentemente, minimizou a significação das épocas de dominante literatura de cunho erudito (caso das épocas clássicas).

Em face destas concepções, em que sentido, cabe agora perguntar, Fidelino de Figueiredo procurou inovar o influente legado de Teófilo Braga?

1) Historiador por formação, historiador por profissão de fé e por constante actividade, Fidelino de Figueiredo viu os factos literários (as obras, os autores, as modas literárias, etc.), como viu os demais factos históricos, isto é, como factos singulares, ocorrentes no tempo, com sua causalidades, objectos de investigação, de crítica, de análise, de abstracção e, por fim, de interpretação segundo uma visão geral ou uma filosofia da história. Nessa interpretação geral viu na história da literatura uma evolução, nessa evolução um suceder de épocas, com seus limites, seus momentos, suas características; nessa evolução viu também um sentido de progresso das formas e dos conteúdos literários, progresso para o qual algumas épocas contribuíam mais do que outras. Finalmente, na história das literaturas viu características individualizadoras e, em alguns casos, como nas literaturas grega e francesa, para citar exemplos expressivos, viu

também um «génio literário», ainda por definir criticamente na literatura portuguesa.

2) Mas se em Fidelino de Figueiredo estava o historiador da literatura que lograra promover em Portugal a actualização da crítica e da historiografia literária, estava também uma aguda sensibilidade para a estética literária, ou mais claramente, para o que numa obra era valor de forma e de conteúdo, e, ao mesmo tempo, um espírito dotado para a abstracção e a especulação de factos e problemas literários, sensibilidade e espírito filosófico, que de pronto distinguiam Fidelino de Teófilo e o levaram a sistematizar uma completa teoria geral da literatura, expressa nas obras já citadas e essencializada numa criteriosa antologia *Ideário crítico de Fidelino de Figueiredo* (1962) ⁶⁰.

NOVAS PERSPECTIVAS PARA A CAMONOLOGIA

Na altura de 1930 publicou-se em Portugal uma monumental *História da Literatura Portuguesa — Ilustrada*, planejada e dirigida por Albino Forjaz de Sampaio e prestigiada pela colaboração de uns cinquenta especialistas entre historiadores, filólogos, críticos, ensaístas e professores. Sobre Camões e a poesia épica escreveram-se para a obra três capítulos: *Luís de Camões — A epopeia*, de autoria de José Maria Rodrigues; *A poesia épica depois de Camões* (no século XVI), de Fidelino de Figueiredo, e *A poesia épica* (no século XVII), de Hernâni Cidade. A leitura dos capítulos evidencia de pronto que se estava num momento de transição dos estudos camonianos: José Maria Rodrigues, que regia o recém-criado (1924) curso camoniano na Faculdade de Letras de Lisboa, deu uma demonstração eloquente da erudição acerca do Poeta, erudição que se acumulava desde os meados do século XIX e que tivera em Teófilo Braga e Carolina Michaëlis de Vasconcelos dois de seus expoentes: sobre a vida de Camões, sessenta páginas de minuciosas informações, sobre sua bibliografia, dez páginas, e para cada aspecto da obra, a épica, a lírica e a dramática, cinco páginas. Fidelino de Figueiredo, que já havia publicado dois qualificados estudos gerais acerca

de Camões ⁶¹, voltou seu interesse para o problema da diferença entre *Os Lusíadas* e os poemas que, sob sua influência, de pronto se lhe seguiram; e Hernâni Cidade, tanto quanto Fidelino de Figueiredo antigo aluno de José Maria Rodrigues, ocupou-se exclusivamente com evidenciar, no elenco de imitações seiscentistas do poema camoniano, o que lhes faltava das qualidades estéticas do modelo.

Com a morte de José Maria Rodrigues (1942), que foi, na linha da erudição camoniana, uma das maiores figuras, pode-se dizer que acabou uma Camonologia que teve, como interesse, os seguintes assuntos: 1) a biografia, a bibliografia e a iconografia do Poeta; 2) o estudo crítico de seus textos, com vista ao estabelecimento de uma edição canónica; 3) a interpretação linguística, literária e histórica desses textos, de modo a permitir sua melhor compreensão; 4) a fortuna crítica da obra do Poeta; 5) a influência d'*Os Lusíadas* na formação de um significativo elenco de poemas heróicos que vieram a surgir em Portugal, na Espanha e no Brasil. Com Fidelino de Figueiredo e Hernâni Cidade estes temas não deixaram de ter importância, mas em relação a eles veio para um primeiro plano o estudo dos valores que distinguem singularmente a obra de Camões, particularmente *Os Lusíadas*.

O referido estudo de Fidelino de Figueiredo, que em relação ao de José Maria Rodrigues é relativamente breve, a par da análise crítica dos cinco poemas heróicos publicados no século XVI, logo após *Os Lusíadas* (Jerónimo Corte Real, *Segundo cerco de Diu, Vitória de Lepanto e Naufrágio de Sepúlveda*; Luís Pereira Brandão, *Elegíada*; Francisco de Andrade, *Primeiro cerco de Diu*), contém, dirigidas aos camonistas, quatro sugestões de trabalho: 1.^a) caracterização da génese das epopeias naturais, com vista à conclusão de que *Os Lusíadas* devem ser entendidos como uma epopeia desse tipo;

2.^a) definição da nacionalidade de uma obra literária, tendo em conta distinguir, no elenco dos poemas heróicos derivados d'*Os Lusíadas* (uns quarenta até a publicação do *Camões*, de Garrett, em 1825), os que são portugueses, dos que são espanhóis, brasileiros ou hispano-americanos; 3.^a) a conveniência da organização de uma antologia de boa poesia ainda encontrável no referido elenco de poemas heróicos; e 4.^a) a hipótese da existência, na poesia épica portuguesa, de uma Vénus lusitana.

Deixadas de lado as últimas sugestões (provavelmente por falta de oportunidade de voltar a elas), Fidelino Figueiredo, que já se detivera nas duas primeiras, nelas — como relata — continuou a concentrar-se ao longo de vinte anos: «Em Madrid [em 1931] continuei a elaborar a parte geral do tema com novas investigações e reflexões, e preparei uma outra redacção do texto, que deixei à Livraria Victoriano Suárez e que também já não pude rever, porque tive de partir para os Estados Unidos. [...] Levando no espírito essa pequena obsessão, continuei as minhas pesquisas na opulenta biblioteca da Columbia University; e já de regresso, em fins de 1931, numa semana de isolamento em Cascais, preparei a nova redacção que se inclui numa colecção portuguesa de «Estudos Nacionais». Entretanto, voltando a Madrid, quando o regime republicano franqueara ao público o Palácio Real, novos elementos sobre as tapeçarias de estilo luso-indiano se me depararam; e, agora já em São Paulo, Brasil, incorporei-os no texto que em 1938 inaugurou o *Boletim de Letras* da Faculdade de Filosofia. Ali também, dispondo de um bom núcleo de livros italianos, obtive notícias novas sobre a poesia astrológica — as quais vieram a confirmar a minha tese.

Mas em 1943 a pobre monografia desandou alguns passos. A Academia Brasileira de Letras, por gentil iniciativa do meu amigo Afrânio Peixoto, reproduziu-a no seu

Arquivo Camoniano, suprimindo-lhe, porém, todos os apêndices documentares, que eram sua parte principal; a enunciação da tese tem seu tanto de ovo de Colombo. [...]

Finalmente, em 1945, graças à benevolência temporária do Instituto para a Alta Cultura, pude dispor de uns meses de quietação em Lisboa para empreender a refundição e ampliação do atribulado escrito. Mas em Julho desse ano interrupção nova surgiu, porque tive de regressar à América do Sul. Voltando a Portugal em 1947, consegui então, numa primavera amarga, ordenar minhas notas e escrever o que em anos sucessivos andara adiando ⁶². Esta é a história d'*A épica portuguesa no século XVI*, publicada em edição definitiva em 1950 e reeditada, 1987, pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda ⁶³.

Das primeiras edições desta obra, que acabou por consagrar Fidelino de Figueiredo como um dos principais camonistas deste século, edições saídas por volta de 1930, até a edição de 1938, primeira publicada pela Universidade de São Paulo, há um grande passo, que se traduziu na ampliação e aprofundamento do objecto de estudo. Explico: nas três primeiras edições, Fidelino de Figueiredo, depois de definir seu conceito de epopeia natural e seu critério de nacionalidade literária, limitou-se à crítica dos cinco citados poemas narrativos quinhentistas e concluiu que, se bem não fossem epopeias naturais, como *Os Lusíadas*, e fossem obras mortas, porque seus assuntos tinham perdido significação histórica, de certo modo existente para os contemporâneos, ainda podiam ter interesse para a crítica, pois demonstravam a existência, nos séculos XV e XVI, de um dominante espírito heróico e ufanista e do mito de uma Vénus portuguesa.

Na edição de 1938 a *Épica* oferece, a par da matéria das edições anteriores, cinco apêndices documentares,

para Fidelino de Figueiredo — repito — o mais importante de seu trabalho: 1.º) Ângelo Policiano e D. João II; 2.º) António Ferreira e a ideia fixa de uma epopeia nacional; 3.º) A epopeia e o mecenatismo; 4.º) As tapeçarias sobre o descobrimento da Índia; 5.º) As origens do episódio do Velho do Restelo. O objectivo dos documentos apresentados nestes apêndices e de sua análise foi evidenciar a existência, em Portugal, durante o ciclo dos grandes descobrimentos, de uma ambiência lendária, heróica e ufanista que propiciou o aparecimento de uma epopeia natural ou, na expressão do Autor, que «criou um ciclo de valores míticos, recolhidos e coordenados pelo génio de Camões nos *Lusíadas*»⁶⁴. Ao terminar a análise dos apêndices, Fidelino de Figueiredo deixa evidenciado que já não se podia entender a génese de uma epopeia, como desde os românticos se vinha entendendo, isto é, como coordenação, feita por um poeta, de baladas, lais e romances populares, mas sim como a recriação poética de mitos e deformações lendárias de factos históricos, produzidos por uma ambiência de «ufania engrandecedora» do tipo da que se gerara em Portugal, com os grandes descobrimentos e particularmente com o descobrimento do caminho marítimo para as Índias.

Da edição de 1938 da *Épica portuguesa no século XVI* à sua edição definitiva, de 1950, o passo dado por Fidelino de Figueiredo, no sentido da ampliação de sua pesquisa documental e da penetração na sua análise, foi ainda maior que o anterior. Vejamos:

1.º) Os capítulos introdutórios, intitulados «Factos e idéias preliminares» (A repercussão da obra camoniana. Epopeia e nacionalidade. Conceito e génese da epopeia.), foram refundidos e resultaram muito mais densos de informações, mais ricos de idéias e mais convincentes na argumentação.

2.º) As provas documentares de uma ambiência épica, nos séculos XV e XVI portugueses, e que constituem a

segunda e maior parte da obra, passaram de cinco, para dezanove: 1) Afonso V e Mestre Mateus Pisano; 2) Os discursos dos embaixadores; 3) A curiosidade dos humanistas pelos descobrimentos; 4) O teatro primitivo e os descobrimentos; 5) Os descobrimentos e a devoção; 6) As tapeçarias luso-indianas; 7) Heroísmo e ciência; 8) A *Comedia Trofea*, de Bartolomé Torres Naharro; 9) Um conceito de Miguel Ângelo; 10) O espírito heróico na obra de João de Barros; 11) Os Castanhedas — pai e filho; 12) Os casos Garcia de Resende e Damião de Góis; 13) Um herói fantástico — Lisuarte Pacheco; 14) Leonardo Nunes e o morbo heróico; 15) António Ferreira e a ideia fixa da epopeia; 16) A epopeia e o mecenatismo; 17) O descontentamento anti-heróico; 18) A justaposição das religiões; 19) A contemplação do universo.

A análise destas provas, levada a minúcias, bem como sua brilhante interpretação têm veemente força de convencimento quanto à tese do Autor: «Não há epopeia sem prévia criação colectiva de sua matéria»⁶⁵.

3.º) Inteiramente novo, numa III parte, intitulada «Idéias finais» e que vem a par de dois capítulos que refundem considerações de edições anteriores (Corolários da doutrina e Relance sobre os poemas quinhentistas) — é o terceiro capítulo: «O reverso da medalha», capítulo em que Fidelino de Figueiredo estuda a reacção estrangeira, particularmente espanhola contra a exagerada ufanía imperialista dos portugueses, reacção expressa inclusive em termos satíricos, reacção crescente da parte dos indianos e reacção manifestada, em termos ideológicos, no século XIX, por Alexandre Herculano, Antero de Quental, Oliveira Martins e Guerra Junqueira. Uma reacção que é o reverso da medalha da psicose heróica; a psicose heróica que teve seu tempo, produziu uma das mais importante epopeias da história, mas teimosamente conservada provocava, para Fidelino de Figueiredo, a «luta do velho espírito épico, com o renovador espírito

crítico», porque — conclui Fidelino de Figueiredo — «um restaura os históricos valores guerreiros e missionários» e o «outro ministra direcções para a modernização da vida nacional»⁶⁶.

Mas a *Épica portuguesa no século XVI* não contém apenas exaustiva reflexão sobre o conceito de epopeia e um não menos exaustivo estudo da génese desse género, em particular da génese d'*Os Lusíadas*. Contém ainda um elenco de quatro corolários dedutíveis da tese do Autor: «Epopeia é a glosa poética de um mito heróico, é portanto a coroação individual da obra colectiva pelo poder de expressão do poeta»⁶⁷.

1.º corolário — «A reconstrução das fontes de uma epopeia não é o descobrimento dos livros que o Poeta leu e de que se rodeou ou lembrou no momento da redacção de sua obra»⁶⁸.

2.º corolário — «Uma compreensão melhor da carência de epopeia nacional das navegações na literatura espanhola, apesar da primarcial significação da conquista e colonização da América na história da Espanha»⁶⁹.

3.º corolário — «Apesar da sua abundância bibliográfica, a poesia épica portuguesa de carácter nacional não é um ciclo, reduz-se ao poema *Os Lusíadas*»⁷⁰.

4.º corolário — «A verdadeira epopeia da Renascença, pela fidelidade ao seu espírito e pelo relevo genial com que o expressa, é o poema de Camões»⁷¹.

A significação destes corolários é tão evidente que creio posso dispensar-me de a enfatizar: o primeiro leva-nos a mudar, para o caso d'*Os Lusíadas*, a orientação que tradicionalmente se tem dado à chamada crítica de fontes; o segundo leva-nos, no estudo comparativo das literaturas portuguesa e espanhola, a compreender, a par de muitas de suas semelhanças, uma das suas mais flagrantes diferenças, o espírito épico; o terceiro corolário leva-nos a um critério para distinguir *Os Lusíadas* (dada a singularidade de sua génese e de seu carácter) de todos

os poemas heróicos que se lhe seguiram; e o quarto corolário, sem dúvida o mais importante, dá aos *Lusíadas* singular posição na Renascença e, por conseguinte, na literatura universal.

Publicada *A épica portuguesa no século XVI*, em 1950, Fidelino de Figueiredo podia dizer que dava a obra como concluída, pois que nela trabalhara exaustivamente ao longo de vinte anos: começara-a por volta de 1930, limitada a algumas páginas da *História da literaturas portuguesa — Ilustrada*, e em 1950 apresentava-a com as proporções de um volume de 400 páginas. Assim poderia ter sido, mas não foi. Espírito dialéctico, Fidelino de Figueiredo mais três vezes, em sucessivas circunstâncias, voltou ao tema que foi, como disse, uma de suas obsessões intelectuais; refiro-me aos seus escritos: *Ainda a épica portuguesa* (nótulas de autocrítica), *Variações sobre o espírito épico e Os séculos XV e XVI*.

Em *Ainda a épica portuguesa*, artigo publicado em 1951, Fidelino de Figueiredo, como explicita no subtítulo, *Nótulas de autocrítica*, repassa idéias acerca do conceito e da génese da epopeia, justifica omissões cometidas e aduz mais argumentos em favor de sua tese: *Os Lusíadas* são a mais natural e perfeita das epopeias modernas e no género a mais qualificada expressão artística da Renascença.

Em *Variações sobre o espírito épico*, monografia publicada em 1954, explica as restrições de Platão aos poemas homéricos, por não os considerar, dado o facto de serem poesia, próprios para a educação da juventude; evidencia o grande contraste havido na Europa, entre o espírito heróico da Idade Média e o espírito crítico da Renascença; analisa o paradoxo português, que consistiu em ter compatibilizado, nos séculos XV e XVI, o espírito crítico renascentista com uma ambiência heróica, que propiciou a criação d'*Os Lusíadas* e, para concluir, depois de contestado um leviano crítico de Camões, escreve algu-

mas de suas mais brilhantes e eloquentes páginas acerca da significação estética da epopeia camoniana.

No artigo *Os séculos XV e XVI*, publicado em 1960 ⁷², completa sua interpretação do Renascimento, particularmente em Portugal, vendo-o na perspectiva da história universal.

Terminada a análise da crítica camoniana de Fidelino de Figueiredo, desenvolvida ao longo de vinte anos e substanciada sobretudo na obra *A épica portuguesa no século XVI* creio assim se pode resumir sua contribuição à Camonologia:

1.º Definiu *Os Lusíadas*, tendo em conta o processo de sua gênese, como uma epopeia natural, do género dos poemas homéricos.

2.º Caracterizou *Os Lusíadas* como a epopeia da Renascença e, portanto, como obra de significação universal.

3.º Abriu, com sua teoria da ambiência heróica geradora d'*Os Lusíadas*, novas perspectivas não apenas para o estudo das fontes do poema, como para a compreensão de seu conteúdo psicológico.

4.º Caracterizados os séculos XV e XVI portugueses como época de paradoxal e singular conciliação entre os espírito heróico e mítico produzido pelos feitos marítimos e o espírito crítico da Renascença, colocou em novos termos e interpretação d'*Os Lusíadas*, particularmente a harmonização dos dois maravilhosos, o cristão e o pagão, e o jogo de contraste de caracteres, como Vasco da Gama e o Velho do Restelo.

6.

CONCLUSÃO

Terminada a leitura das obras de história literária escritas por Fidelino de Figueiredo, não saímos delas apenas informados do que esse exigente investigador e brilhante crítico considerava como os mais significativos factos da evolução da literatura portuguesa, do século XVI ao século XX (autores, obras, correntes de gosto literário e de idéias); saímos com muito mais do que isso; saímos com uma nova concepção periodológica dessa história, tanto no que diz respeito aos limites dos períodos, como no que se refere às suas características estéticas, ao seu conteúdo e ao seu valor. Neste sentido — que é o da crítica das épocas como um todo — Fidelino de Figueiredo, contrariamente à posição de seu antecessor, Teófilo Braga, reabilitou os séculos XVII e XVIII, tradicionalmente considerados decadentes em relação à Renascença, e deu ao século XIX, isto é, ao Romantismo e ao Realismo, uma interpretação mais objectiva, mais orgânica e mais crítica que a de Teófilo, que não soube ver com imparcialidade acontecimentos de que participara e autores com os quais convivera. Da obra de Fidelino de Figueiredo saímos ainda não apenas com uma idéia dos valores estéticos da história da literatura portuguesa, mas também com um sentimento desses valores, valores do conteúdo e valores de expressão ou forma. E assim foi porque

Fidelino de Figueiredo, muito mais do que Teófilo Braga, foi um crítico literário de excepcionais qualidades para intuir e definir valores artísticos.

E mais: da obra renovadora do historiador e crítico, saímos com largas e sugestivas perspectivas de investigação, como no campo das relações da literatura portuguesa com a literatura espanhola e com a brasileira. E terminada a leitura das obras de teoria literária, não nos encontramos simplesmente instruídos numa conceituação e numa classificação de factos, o que ocorre com a leitura de tantos manuais portugueses e brasileiros; muito mais do que isto: sentimos o espírito fecundado e aberto para a especulação sobre a natureza dos fenómenos literários, críticos e históricos. Acrescente-se a estas duas qualidades, distintivas da acção renovadora de Fidelino de Figueiredo — o espírito científico na historiografia literária e o filosófico na crítica e na teoria literária — mais duas não menos importantes qualidades: seu poder de comunicação e relacionamento, o que fez dele um cativante professor e conferencista e, na sua época, o intelectual português internacionalmente mais bem relacionado, o que se evidencia na sua correspondência passiva, de que se conservam onze mil cartas, recebidas ao longo de cinquenta anos, de mais de mil e quinhentos correspondentes dos mais diversos países; e, por fim, seu raro poder de idealização e também de realização de iniciativas promotoras da pesquisa, do ensino e da divulgação da cultura portuguesa, particularmente da sua história e da sua literatura, qualidade comprovada pela sua participação na Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos (1912-1928), na direcção da Biblioteca Nacional de Lisboa (1918 e 1927) e na criação e desenvolvimento do ensino universitário de Literatura Portuguesa em três países: Espanha (Universidade Central, Madrid, 1928-1930), Estados Unidos (Berkeley, 1931) e Brasil (São Paulo, 1938-1951, e Rio de Janeiro, 1939-1941).

Na altura de 1930, quando já realizara o mais importante de sua obra sobre a história da literatura portuguesa e iniciava uma fase de longa ausência de seu país, por força de compromissos com universidades estrangeiras, outros críticos e historiadores, igualmente voltados para uma obra de renovação do estudo e do ensino da literatura portuguesa, começaram a se impor em Portugal: é o caso, para citar apenas os de obra mais geral e de acção mais ampla, de Hernâni Cidade, de Rodrigues Lapa, de Costa Pimpão. Para a compreensão do papel de Fidelino de Figueiredo na renovação da crítica e da historiografia literária portuguesas, dentro de uma larga perspectiva, se foi indispensável relacioná-lo com os que o antecederam, como foi o caso de Teófilo Braga, indispensável também será ter em conta os que o seguiram, imediatamente, como os citados, ou mediatamente como um António José Saraiva e um Óscar Lopes, na historiografia literária, e um Vítor Manuel Aguiar e Silva, na teoria literária.

A leitura da nota biobibliográfica, em apêndice, evidencia que uma análise da obra crítica de Fidelino de Figueiredo não expõe senão um aspecto do que foi sua fecunda actividade intelectual, voltada também para a filosofia da história (onde procurou interpretar a que chamou de «cultura intervalar» ou «de entre as duas Guerras»), para a filosofia existencial (em que traduziu sua compreensão do sentido da vida) e para o jornalismo (onde deixou brilhante e aliciante reflexão sobre os grandes acontecimentos de seu tempo).

APÊNDICE

Nota biobibliográfica

Fidelino de (Sousa) Figueiredo nasceu em 20 de Julho de 1889, em Lisboa, onde fez todos seus estudos e se formou, em 1910, no curso de Ciências Histórico-geográficas da Faculdade de Letras. Dos anos escolares foram, a par de uma frustrada iniciação ficcional, as primeiras promissoras afirmações no campo da crítica e da história literária. Licenciado, ingressou no magistério liceal e, sob a influência do clima de renovação da vida portuguesa, surgido com a revolução republicana, voltou-se, como outros jovens da sua geração, para uma intensa actividade intelectual destinada a uma revisão da cultura de seu país e à sua integração na vanguarda da cultura europeia. Desta actividade destacou-se sua acção na reforma da historiografia portuguesa, como fundador e secretário da Sociedade de Estudos Históricos e da *Revista de História* (1912-1928), e particularmente sua acção na reforma dos estudos literários, que logrou promover com a publicação de uma série de importantes obras, como *A crítica literária em Portugal* (1910), *A crítica literária como ciência* (1912) e sobretudo uma nova interpretação da história da literatura portuguesa (*História da literatura romântica*, 1913; *História da literatura realista*, 1914; *História da literatura clássica*, 1917-1924; *Características da literatura portuguesa*, 1914). Em 1918, na presidência de Sidónio Pais, viveu intensa actividade política e parlamentar, dirigiu a Biblioteca Nacional de Lisboa e exerceu importantes funções no Ministério da Educação. Com o assassinio de Sidónio (Dezembro de 1918), tomado de profundo desgosto afastou-se da actividade político-partidária. Pouco depois (1920), atendendo a convites, realizou sua primeira viagem ao Brasil, para conferências e posse no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiros. De volta a Portugal concentrou-se em sua actividade

intelectual, particularmente de conferencista, em Lisboa, Londres, Madri, e na colaboração na imprensa portuguesa e estrangeira (v. artigos reunidos em *Epicurismos*, 1924, e *Torre de Babel*, 1925). E desta fase, dominada pela necessidade de reflectir sobre o que fora e poderia ser sua vida, resultaram suas duas primeiras autobiografias espirituais: *Sob a cinza do tédio — romance de uma consciência*, 1925, e *Revoada romântica*, 1926. Novamente na política, viu-se inesperadamente envolvido em um movimento de oposição (1927) ao governo saído da revolução do 28 de Maio de 1926. Preso e julgado, com outros políticos, foi deportado para Angola, donde imediatamente saíu para Espanha, onde foi contratado como professor da Universidade Central e redactor do jornal *El Debate* (v. artigos reunidos em *Viagem através da Espanha literária*, 1928, e *Notas para um ideário português*, 1929). Nesse ano, amnistiado voltou a Portugal e, e num livro que definiu como «quase novela», livro irónico e metafórico, traduziu seu sentimento da política portuguesa: *Uma viagem à Fobolândia*, 1929. Imprimindo novos rumos à sua vida, voltou-se exclusivamente para sua obra e para seus cursos e conferências, dentre os quais se destacaram, pela influência que exerceram, os realizados nos Estados Unidos (Berkeley, 1931 e 1937) e no Brasil (Universidade de São Paulo e Universidade do Brasil, 1938-1951). Na sua intensa actividade intelectual e científica, dos anos de 1930 a 1950, pode-se dizer que quatro foram as direcções de trabalho: 1) um ensaísmo interpretativo de significativos aspectos da contemporaneidade: sobre a realidade portuguesa, *Motivos de novo estilo*, 1930, *Menoridade da inteligência*, 1933; sobre o mundo ibérico, *As duas Espanhas*, 1932, e *Pyrene* — introdução á história comparada das literaturas portuguesa e espanhola, 1935; sobre a nascente Checoslováquia, *Iniciação boémia*, 1932; sobre os Estados Unidos, *America the Beautiful*, 1933; sobre a responsabilidade da inteligência ante a crise contemporânea, *O dever dos intelectuais*, 1936; caracterização da crise contemporânea, *Cultura intervalar*, 1944; 2) completação de sua história literária de Portugal (*Depois de Eça de Queirós...*, 1933, *Historiografia portuguesa do século xx*, 1941 e de suas idéias sobre a natureza da crítica (*Aristarchos*, 1939) e da literatura (*A luta pela expressão*, 1944); 3) monografias sobre grandes autores portugueses: Oliveira Martins (*História dum «Vencido da Vida»*, 1930), Camões (*A épica portuguesa no século xvi*, ed. definitiva, 1950), Antero de Quental (*Antero*, 1942) e Eça de Queirós («... um pobre homem da Póvoa de Varzim...», 1945); e 4) mais uma autobiografia espiritual (*Um coleccionador de angústias*, 1950). Em 1951, atingido por incurável doença (esclerose amiotrófica lateral), que se mani-

festou com progressiva paralisia, inclusiva da glote, retirou-se definitivamente de suas actividades docentes na Universidade de São Paulo, regressou a Lisboa e aí, em sua casa de Alvalade, concentrou-se na elaboração de obras em que procurou definir claramente suas conclusões sobre problemas que lhe ocuparam o espírito, desde o início de sua carreira intelectual. Neste sentido sobre a épica camoniana escreveu: *Ainda a épica portuguesa*, 1951, *Variações sobre o espírito épico*, 1953, e *Os séculos xv e xvi*, 1961; sobre a crítica literária escreveu: *Uma carta sobre criteriologia literária*, 1957; no sentido da compreensão de seu espírito diante das realidades evidente e transcendente, escreveu: *Música e pensamento*, 1954, *Um homem na sua humanidade*, 1956, e *Diálogo ao espelho*, 1957; finalmente, sobre os rumos e perspectivas da história contemporânea, escreveu: *O medo da história*, 1955, *Entre dois universos*, 1959, *Símbolos e mitos*, 1964, e *Paixão e ressurreição do homem*, 1967.

Vencido pela doença, morreu no dia 20 de Março de 1967, e como sempre desejou, «em sua terra, em sua casa e em sua cama». Está sepultado, no cemitério do Lumiar, em Lisboa. Sua imensa e variada bibliografia (315 títulos) está publicada em apêndice da edição de *A épica portuguesa no século xvi* feita em 1987 por esta editora. Sua biblioteca, documentos e autógrafos estão, por doação, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, e sua correspondência passiva (11 000 cartas), que documenta o âmbito e o nível de suas relações literárias, está, também por doação, no Centro de Estudos Portugueses da Universidade de São Paulo (Brasil).

NOTAS

¹ *Maria*. Ensaio literário. Lisboa, s.e., 1905. (Sob o anagrama Delfínio).

² *O Órfão*. Novela. Terceiro ensaio literário. Lisboa, Tip. da Cooperativa Militar, 1905. (Sob o anagrama Delfínio).

³ *Adélia a Boeirinha*, in *Almanaque Ilustrado*, Lisboa, A. M. Pereira, 1906. (Sob o anagrama Delfínio).

⁴ *O canário*. In *Almanaque Ilustrado*, Lisboa, A. M. Pereira, 1906. (Sob o anagrama Delfínio).

⁵ *Marianita. A Liberdade*, 1(1): 2; 1(2): 2; 1(3): 2-3; 1(4): 2-3; 1(5): 2-3, 1906. (Sob o anagrama Delfínio).

⁶ *Os amores do Visconde*. Lisboa, s.e., 1906. (primeira obra com o nome do autor: Fidelino de Sousa Figueiredo).

⁷ *Sonatas*. Prosas várias. Lisboa, Liv. Central de Gomes de Carvalho, Editor, 1908.

⁸ *Os humildes*. Romance. Lisboa, Liv. Central de Gomes de Carvalho, Editor, 1908.

⁹ *Sob a cinza do tédio*. Romance duma consciência. *O Jornal*, 1925. 2.^a ed., Lisboa, Emp. Literária Fluminense, 1925.

¹⁰ *Revoada romântica*. Novela. *Diário de Pernambuco*. 2.^a ed., *El Consultor Bibliográfico*, Barcelona, 3(21): 303-334, 1927; 3: ed., Porto, Civilização, 1929.

¹¹ *Uma viagem à Fobolândia*. Quase novela. Novela para todos, Lisboa, 1929.

¹² *Um colecionador de angústias*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1951.

¹³ *Arte moderna. Miragem crítica*. Lisboa, Liv. Central de Gomes de Carvalho, Editor, 1908.

¹⁴ *Notas elucidativas aos poemas «Camões» e «Retrato de Vénus»*, de Almeida Garrett. Lisboa, Empresa da História de Portugal, 1906.

¹⁵ *Os melhores sonetos da língua portuguesa*. Lisboa, Liv. Central de Gomes de Carvalho, Editor, 1907.

¹⁶ *História da literatura portuguesa. Acomodada ao programa dos liceus*. Rio de Janeiro, A Editora, 1909.

¹⁷ Antero de Quental. *A sua psicologia, a sua filosofia, a sua arte*. Lisboa, Tip. da Cooperativa Militar, 1909.

¹⁸ *Herculano. Crítico, poeta e romancista*. Lisboa, Tip. Universal, 1910.

¹⁹ V. Fidelino de Figueiredo, *Estudos de literatura*, 1.ª série, 1910-1916, Lisboa, Liv. Clássica Editora, 1917.

²⁰ V. minha introdução à *Presença da Literatura Portuguesa*. IV, 3.ª ed., São Paulo, 3.ª ed., São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1969, pp. 12-13.

²¹ Carta-programa amplamente divulgada na época, em folhas soltas e em revistas, foi recolhida in Fidelino de Figueiredo, *Estudos de literatura*. 1.ª série, 1910-1916, 1.ª ed., Lisboa, Liv. Clássica Editora, 1917, p. 215-224.

²² V. livro de actas das reuniões, na Biblioteca Fidelino de Figueiredo, doada pelos herdeiros à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

²³ V. Fidelino de Figueiredo, *Estudos de literatura*. 2.ª série, 1917, Lisboa, Liv. Clássica Editora, 1918, pp. 59-70.

²⁴ V. Fidelino de Figueiredo, *Estudos de literatura*. 1.ª série, 1910-1916, 1.ª ed., Lisboa, Liv. Clássica Editora, 1917, pp. 209-213.

²⁵ V. Fidelino de Figueiredo, *Portugal nas guerras européias*. Lisboa, Liv. Clássica Editora, 1914. *Notas para um ideário português*. Lisboa, Liv. Sá da Costa, 1929. *Motivos de novo estilo*. Lisboa, Liv. Clássica Editora, 1930. *Menoridade da inteligência*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1933. *Os séculos xve e xvi*. Assis, São Paulo, Br., Faculdade de Filosofia, *Revista de Letras*, 2: 9-18, 1961.

²⁶ Fidelino de Figueiredo, *As duas Espanhas*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1932.

²⁷ Fidelino de Figueiredo, *Cultura intervalar*. Coimbra, Nobel, 1944. *O medo da história*. Lisboa, Guimarães, 1957. *Entre dois universos*. Lisboa, Guimarães, 1959.

²⁸ V. Fidelino de Figueiredo, *A luta pela expressão* (Prolegómenos para uma filosofia da literatura). Coimbra, Nobel, 1944, pp. 209-210.

²⁹ V. Fidelino de Figueiredo, *História da crítica literária em Portugal* (Da Renascença à Actualidade). 3.ª ed., Lisboa, Liv. Clássica Editora, 1916, p. 5.

³⁰ O trabalho de Fidelino de Figueiredo foi actualizado na Universidade de São Paulo, por um grupo de discípulos do Instituto de Estudos Portugueses: V. Massaud Moisés, *Bibliografia da literatura portuguesa*. Colaboração de Herti Hoepfner Ferreira, Neusa Dias Macedo e Yara Frateschi Vieira. Edição Saraiva e Editora da Universidade de São Paulo, 1968.

³¹ V. *Sobre criteriologia literária* in *Diálogo ao espelho*, Lisboa, Guimarães Editores, 1957, pp. 153-169.

³² *A crítica literária em Portugal. Da Renascença à Actualidade*. Lisboa, Cernadas & Cia., 1910. A partir da 2.ª ed., 1916, com o título *História da crítica literária em Portugal*.

³³ *A crítica literária como ciência*. Porto, Tip. da Emp. Literária, 1912.

³⁴ *Bibliografia portuguesa de crítica literária*. Apêndice de *A crítica literária como ciência* (a partir da 2.^a ed., 1913).

³⁵ *História da literatura clássica*. 1.^a época (1502-1580); 2.^a época (1580-1756) e 3.^a época (1756-1825). Lisboa, Liv. Clássica, 1917-1922. *História da literatura romântica* (1825-1870). Lisboa, Liv. Clássica, 1913. *História da literatura realista* (1870-1900). Lisboa, Liv. Clássica, 1914. Na 3.^a e última ed. há seis apênces, quatro sobre Eça de Queirós, e dois sobre a literatura pós-realista: *Depois de Eça de Queirós...* e *Historiografia portuguesa do século xx*.

³⁶ *História da literatura portuguesa*. Acomodada ao programa dos liceus. Rio de Janeiro, «A Editora», 1909. Última edição revista pelo Autor: *História literária de Portugal. Séculos XII a XX*. Coimbra, Nobel, 1944.

³⁷ *Características da literatura portuguesa*. R. Hist. (Lisboa) 3: 179-185, 1914. 2.^a ed., Lisboa, Liv. Clássica, 1915.

³⁸ *Antologia geral da literatura portuguesa* (1189-1900). Seleção, prefácio e notas de Fidelino de Figueiredo. Lisboa, Liv. Clássica, 1917.

³⁹ *Estudos de literatura contemporânea*. R. Hist. (Lisboa) 3, 1914; 5, 1916; 6, 1917; 7, 1918; 8, 1919. Reunidos in *Estudos de literatura*, 1.^a, 2.^a e 3.^a séries. Lisboa, Liv. Clássica, 1917, 1918 e 1921.

⁴⁰ V. sobretudo *A épica portuguesa no século xvi*. 7.^a ed., Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987. Em apêndice os principais estudos camonianos do Autor.

⁴¹ *Garrett. A vida, o homem, seu carácter moral e estético. Serões* (Lisboa) 67, 1911.

⁴² *Herculano, crítico, poeta e romancista*. Lisboa, Tip. Universal, 1910.

⁴³ *Antero de Quental: a sua psicologia, a sua filosofia, a sua arte*. Lisboa, Tip. da Cooperativa Militar, 1909; *Antero*. São Paulo, Coleção Departamento de Cultura, 1942.

⁴⁴ V. sobretudo *História dum «Vencido da vida»*. Lisboa, A. M. Pereira, 1930.

⁴⁵ V. sobretudo «... um pobre homem da Póvoa de Varzim...». Lisboa, Portugalia, s.d. (1945).

⁴⁶ In *Estudos de literatura*, 2.^a série (1917). Lisboa, Liv. Clássica, 1918, pp. 173-200.

⁴⁷ 1.^a ed. São Paulo, Coleção Departamento de Cultura, 1939.

⁴⁸ 1.^a ed., Coimbra, Nobel, 1944.

⁴⁹ In *Diálogo ao espelho*. Lisboa, Guimarães Editores, 1957, pp. 153-169.

⁵⁰ V. nota 39.

⁵¹ V. nota 40.

⁵² *História dum «Vencido da Vida»*. Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1930.

⁵³ V. a última edição destas obras, reunidas num volume: *Espanha. Uma filosofia da sua história e da sua literatura*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1943.

⁵⁴ V. nota 43.

⁵⁵ V. nota 46.

⁵⁶ *Aristarchos*. Quatro conferências sobre metodologia da crítica literária. São Paulo, Departamento Municipal de Cultura, 1939.

⁵⁷ *A luta pela expressão*. Prolegomenos para uma filosofia da literatura. Coimbra, Nobel, 1944.

⁵⁸ V. *Um colecionador de angústias*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, s.d. (1951), p. 41. O grifo é meu.

⁵⁹ V. *História da crítica literária em Portugal. Da Renascença à Actualidade*. 2.^a ed., Lisboa, Liv. Clássica Editora, 1916, pp. 137-175.

⁶⁰ *Ideário crítico de Fidelino de Figueiredo*. Organização, prefácio e notas de Carlos de Assis Pereira. São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, 1962.

⁶¹ V. *História da literatura clássica. 1.^a Época: 1502-1580*. 1.^a ed., Lisboa, Liv. Clássica, 1917. *Camões*. In *Torre de Babel*, Lisboa, Empresa Literária Fluminense, 1924, pp. 75-97. *Camoens*. Trad. do Marquês de Lozoya. Madrid, Editorial Voluntad, 1928, p. 214.

⁶² Fidelino de Figueiredo, *A épica portuguesa no século XVI*. 7.^a ed., Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987, pp. 11-12.

⁶³ V. nota anterior.

⁶⁴ Fidelino de Figueiredo, *A épica portuguesa no século XVI*. São Paulo, Universidade de São Paulo, Letras n.º 1, 1938, p. 78.

⁶⁵ Fidelino de Figueiredo, *A épica portuguesa no século XVI*, ed. de 1987, p. 464.

⁶⁶ Op. cit., em nota anterior, p. 394.

⁶⁷ Op. cit., em nota 5, p. 347.

⁶⁸ Op. cit., em nota 5, p. 355.

⁶⁹ Op. cit., em nota 5, p. 362.

⁷⁰ Op. cit., em nota 5, p. 364.

⁷¹ Op. cit., em nota 5, p. 365.

⁷² Os três últimos escritos de Fidelino de Figueiredo acerca de Camões foram recolhidos na edição da *Épica portuguesa no século XVI*, cit. em nota 2.

ÍNDICE

1. Juvenília	3
2. Defesa do «espírito histórico»	11
3. Renovação da teoria literária	19
4. Renovação da crítica e da história literária.....	29
5. Novas perspectivas para a Camonologia	39
6. Conclusão.....	49
APÊNDICE: Nota biobibliográfica	53

COLECÇÃO ESSENCIAL

1. *Irene Lisboa*
por Paula Morão
2. *Antero de Quental*
por Ana Maria A. Martins
3. *A Formação da Nacionalidade*
por José Mattoso (2.ª edição)
4. *A Condição Feminina*
por Maria Antónia Palla
5. *A Cultura Medieval Portuguesa*
(Séculos XI e XIV)
por José Mattoso
6. *Os Elementos Fundamentais da Cultura Portuguesa*
por Jorge Dias
7. *Josefa d'Óbidos*
por Vitor Serrão
8. *Mário de Sá-Carneiro*
por Clara Rocha
9. *Fernando Pessoa*
por Maria José de Lancastre
10. *Gil Vicente*
por Stephen Reckert
11. *O Corso e a Pirataria*
por Ana Maria Pereira Ferreira
12. *Os «Bebés-Proveta»*
por Clara Pinto Correia
13. *Carolina Michaëlis de Vasconcelos*
por Maria Assunção Pinto Correia
14. *O Cancro*
por José Conde
15. *A Constituição Portuguesa*
por Jorge Miranda
16. *O Coração*
por Fernando Pádua
17. *Cesário Verde*
por Joel Serrão
18. *Alceu e Safo*
por Albano Martins
19. *O Romanceiro Tradicional*
por João David Pinto-Correia
20. *O Tratado de Windsor*
por Luís Adão da Fonseca
21. *Os Doze de Inglaterra*
por Artur de Magalhães Basto
22. *Vitorino Nemésio*
por David Mourão-Ferreira
23. *O Litoral Português*
por Ilídio Alves de Araújo
24. *Os Provérbios Medievais Portugueses*
por José Mattoso
25. *A Arquitectura Barroca em Portugal*
por Paulo Varela Gomes
26. *Eugénio de Andrade*
por Luís Miguel Nava
27. *Nuno Gonçalves*
por Dagoberto Markl
28. *Metafísica*
por António Marques
29. *Cristóvão Colombo e os Portugueses*
por A. Teixeira da Mota
30. *Jorge de Sena*
por Jorge Fazenda Lourenço
31. *Bartolomeu Dias*
por Luís Adão da Fonseca
32. *Jaime Cortesão*
por José Manuel Garcia
33. *José Saramago*
por Maria Alzira Seixo
34. *André Falcão de Resende*
por Américo da Costa Ramalho
35. *Drogas e Drogados*
por Aureliano da Fonseca
36. *Portugal e a Origem da Liberdade dos Mares*
por Ana Maria Pereira Ferreira
37. *A Teoria da Relatividade*
por António Brotas
38. *Fernando Lopes-Graça*
por Mário Vieira de Carvalho
39. *Ramalho Ortigão*
por Maria João Lello Ortigão de Oliveira
40. *Fidelino de Figueiredo (o crítico)*
por A. Soares Amora

Composto e impresso
para
Imprensa Nacional-Casa da Moeda
nas suas oficinas gráficas
com uma tiragem de cinco mil exemplares.
Concepção gráfica do Gabinete Editorial da INCM.
Acabou de imprimir-se
em Outubro de mil novecentos e oitenta e nove.

CÓD. 2130410000

ED. 21.110.504

DEP. LEGAL 30 261/89



1002130410000